

GESTÃO DEMOCRÁTICA-PARTICIPATIVA: UMA ESCOLA SONHADA POR TODOS

Verônica Ribeiro da Silva¹
Nataliana de Souza Paiva²

RESUMO

A pesquisa é o resultado de um trabalho de conclusão de curso de Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA, que apresentará discussões acerca das contribuições dos mecanismos de participação para gestão democrática da escola pública da Secretaria Municipal de Educação de Manaus – SEMED/Manaus. Desta forma, como objetivo geral, busca-se analisar os mecanismos de participação de uma escola, na qual vem experimentando possibilidades democráticas no âmbito gestão escolar. Diante disso, os objetivos específicos foram: conhecer as características da Gestão Democrática-Participativa e o seu amparo na legislação educacional brasileira; compreender os mecanismos de participação na escola pública; analisar os mecanismos de participação de uma escola pública municipal e sua contribuição durante a pandemia da COVID-19. Para a realização da pesquisa optou-se por uma abordagem qualitativa com levantamento bibliográfico em Lück (2008), Dourado (2012), Sposito (2005), Libâneo (2001), entre outros e documentos legais, também por meio da pesquisa documental, através de leitura e análise dos documentos (Projeto Político-Pedagógico, Regimento Escolar, atas de reuniões) de uma escola pública da Rede Municipal de Manaus, localizada na zona Centro Sul da cidade e os documentos disponíveis no site da SEMED/Manaus e observações participantes durante o estágio supervisionado. Os resultados apontam para algumas reflexões acerca das contribuições do trabalho coletivo para um ensino de qualidade, a importância da distribuição de responsabilidades, contribuições nas tomadas de decisões na gestão escolar e a cooperação da gestão democrática-participativa para o atual contexto que nos encontramos.

Palavras-chave: Gestão Democrática-Participativa, Mecanismos de Participação, Escola, SEMED/Manaus, Pandemia.

INTRODUÇÃO

Numa sociedade em que os processos de autoritarismo vêm se acentuando, no âmbito escolar, a busca pela autonomia financeira, administrativa e pedagógica e a participação da comunidade torna-se, cada vez mais fragilizada e a gestão das escolas tende a ser, a cada dia mais centralizadoras e burocráticas. É urgente conhecer experiências de Gestão Democrática-Participativa efetivada por meio do trabalho coletivo, do envolvimento de todos que constroem a escola e a descentralização do poder. O que requer de todas as partes parceria, compartilhamento e empatia.

¹Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, ribeiroveronica692@gmail.com;

² Professora orientadora, Mestre em Educação. Universidade do Estado do Amazonas – UEA, npaiva@uea.edu.br.

Diante disso, a pesquisa *Gestão Democrática-Participativa: Uma escola sonhada por todos* tem como problema, como os mecanismos de participação podem contribuir para gestão democrática nas escolas públicas da Rede Municipal de Manaus e seus reflexos em tempos de Pandemia?

O objetivo geral foi analisar os mecanismos de participação de uma escola da SEMED/Manaus que nos últimos anos tem experimentado possibilidades democráticas no âmbito escolar, os objetivos específicos foram: conhecer as características da Gestão Democrática-Participativa e o seu amparo na legislação educacional brasileira; compreender os mecanismos de participação na escola pública; analisar como são utilizados os mecanismos de participação de uma escola pública municipal e sua contribuição durante a pandemia.

O interesse pelo tema da pesquisa surgiu a partir do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência- PIBID³(2017), participação do Projeto Mais Alfabetização (2018), e no decorrer do estágio III supervisionado (2020) na qual teve suas atividades presenciais interrompidas, devido à situação que se encontrava o país (pandemia), o que acarretou no fechamento das escolas no dia 16 de Março de 2020, interrompendo as atividades de estágio de forma presencial, conforme Decreto nº 4.787, de 23 de março de 2020. Declara estado de calamidade pública no município de Manaus para enfrentamento da pandemia do COVID-19, e dá outras providências. 2020, onde as aulas passaram para o “regime não presencial, em caráter excepcional como medida fundamental para garantir a continuidade do funcionamento das atividades institucionais e a prestação de serviços ao público educacional no âmbito da rede Pública Municipal de Ensino de Manaus por meio do Projeto Aula em Casa, em parceria com a Secretária de Estado de Educação e Desporto do Amazonas (SEDUC/AM)”.

Durante os estágios, era possível observar situações diferenciadas que ocorriam na escola, como por exemplo, a participação da comunidade nas atividades escolares, assembleias estudantis, tutoria, almoço pedagógico, formação continuada para todos os funcionários, o estímulo de atividades em que os alunos protagonistas da sua aprendizagem. Com a Pandemia a escola teve que se reinventar e gestão escolar teve que fortalecer sua relação com a comunidade como forma de amenizar os prejuízos educativos, o que foi possível de uma gestão democrática-participativa.

³ O programa oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública. O objetivo é anteciper o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública. Com essa iniciativa, o PIBID faz uma articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais. (<http://portal.mec.gov.br/pibid>)

Desta forma, o trabalho está organizado em dois subtítulos, o primeiro tratará dos documentos legais, conceitos e características da Gestão Democrática-Participativa e seus mecanismos de participação e o segundo subtítulo vislumbra as análises documentais de uma escola da SEMED/Manaus e seus desafios da gestão na Pandemia da Covid-19.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos centraram-se na abordagem qualitativa Flick (2009), a partir de levantamento bibliográfico, Lück (2008), Dourado (2012), Sposito (2005), Libâneo (2001); análise documental (CELLARD, 2008) em documentos legais da gestão democrática, informações e documentos da escola acerca dos mecanismos de participação para contribuição da gestão democrática por meio de mecanismos de participação, como: o Projeto Político Pedagógico da escola (PPP), Regimento Escolar, artigos, algumas atas dos momentos desenvolvidos na escola, informações disponíveis pela SEMED/Manaus em seu site que tem trazido orientações para as escolas municipais, como também, relatos das vivências durante o estágio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) na escola em questão, Projeto Mais Alfabetização e estágio supervisionado III.

REFERENCIAL TEÓRICO

Gestão democrática e seu amparo na legislação brasileira

O cenário vivido até os anos 80 nos sistemas de ensino foram de políticas públicas centralizadas, em que as escolas não tinham autonomia para desenvolver seu trabalho. Somente a partir dos anos 90, com a consolidação da reforma do estado, mudanças no papel social da escola e da educação começaram a ocorrer. Dourado (2012) reforça que as mudanças se deram por meio das alterações introduzidas pela Constituição da República Federativa de 1988, pelas Leis de Diretrizes de Bases de 1996 e pelo Plano Nacional de Educação de 2001.

Debates e aberturas políticas foram possíveis por meio da Constituição Federal de 1988 e por meio da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Dentre elas, a provação dos princípios de gestão democrática na escola pública, consignado no artigo 206 e 214 da Constituição Federal de 1988, como também, no artigo 9º e 14 da LDB, sobre a elaboração do PNE (Plano

Nacional de Educação), que ampara os princípios constitucionais, entre eles a gestão democrática. Tais mudanças foram importantes para garantir o acesso a permanência, qualidade de ensino para todos e a gestão democrática. Pois democratização das escolas é o processo básico para se alcançar uma educação de qualidade e melhoria das condições de vida das pessoas.

Os princípios da gestão democrática, consignado no artigo 14 da LDB n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ressalta a efetivação do processo de gestão conta com a participação de diferentes sujeitos que constrói o cotidiano da escola (estudantes, professores, responsáveis, equipe da direção, funcionários e comunidade), na construção de projetos e tomadas de decisões para melhor eficácia da gestão democrática, e a garantia de uma educação de qualidade para todos os alunos.

Libâneo (2001) acredita que as concepções de gestão adotados nas escolas reflete o tipo de homem que se pretende formar, bem como a posição política que se prevalece. À vista disso, Basto (2005) nos alerta que o cenário vivido pelo país é um dos indicadores das limitações e possibilidades desta gestão.

Ainda para Libâneo (2001, p. 2), este apresenta três concepções de organização e gestão: a técnico-científica (ou funcionalista) que tem apenas uma visão burocrática, a autogestionária, participação igual de todos e a democrática-participativa. Sendo a gestão democrática-participativa, aquela que estabelece uma relação próxima entre a direção e a participação do pessoal da escola e comunidade, uma vez que a escola que se concentra na mudança social e se opõe à centralização. Em que as tomadas de decisões são realizadas coletivamente, contando com a participação dos docentes, equipe escolar e comunidade.

A referida Lei nº 9.394 / 96, nos art. 14 e 15, pressupõe que os gestores juntamente com sua equipe pedagógica desenvolvam um trabalho com base no diálogo e na participação ativa de todos, de forma a envolvê-los na elaboração do Projeto Político Pedagógico e conselhos escolares ou semelhantes, dando-lhes autonomia para desenvolver seus trabalhos. Vale ressaltar que o princípio para a efetivação da gestão democrática é direcionado ao ensino público.

Gestão Democrática-Participativa da escola pública e os mecanismos de participação

Para Lück (2008) existem vários tipos de participação no contexto escolar e ela se caracteriza pela prática e seus resultados, sendo elas: a participação como presença, a participação como expressão verbal e discussão, a participação como representação política, a

participação como tomada de decisão, e a participação como engajamento. Citados abaixo de forma resumida:

A participação, comentada por Lück (2008), é a participação como presença. Nesta forma de participação todas as pessoas que fazem parte de um grupo tornam-se participante dele, pelo simples fato de estar presente fisicamente mesmo que por obrigação ou necessidade. Contudo não são sujeitos participantes por não buscarem contribuir com o meio que fazem parte, mas que mesmo assim acabam provocando efeitos negativos, como o comodismo.

A segunda forma de participação, por sua vez, é a participação como expressão verbal e discussão estão participação se dá por meio da oportunidade de expressar opiniões e se discutir ideias, de forma que ela receba atenção. O que se pode ver em muitas escolas é que espaço para a liberdade de expressão é limitada, embora haja momento de discussões, tal problema já vem previamente resolvido e o que fica decidido no final da reunião é o que já veio proposto desde o início.

Por conseguinte, a terceira é a participação como representação, segundo Lück (2008, p.41) “[...] nossos ideais, nossas expectativas, nossos valores, nossos direitos são manifestados e levados em consideração por meio de um representante [...]” acontece quando não há possibilidade de todos participarem diretamente. No contexto escolar essa participação aparece “[...] nos conselhos escolares, associações de pais e mestres, grêmios estudantis ou similares, constituídos por representantes escolhidos mediante o voto[...]” (id., 2008, p.41).

Sendo a quarta a participação como tomada de decisão, para Lück (2008), a participação gera o compartilhamento do poder, bem como o compartilhamento das responsabilidades das decisões tomadas e a busca por soluções, a fim de buscar transformações em seu cotidiano.

Por último, a quinta forma de participação é a participação como engajamento, que “[...] implica envolver-se dinamicamente nos processos sociais e assumir responsabilidades por agir com empenho, competência e dedicação visando promover os resultados propostos e desejados [...]” (Id. 2008). Ou seja, envolver-se por completo, exercendo seu direito de participar e seu dever assumindo as responsabilidades.

É importante ressaltar que a participação da comunidade no contexto escolar não é novidade, e que ocorre há muitas décadas. Sposito (2005) recorda que desde meados 1920, a participação da comunidade no inteiro da escola das massas passou a fazer parte das reformas educacionais. Contudo a inclusão referiu-se somente em torno de medidas sanitárias e educação moral, a fim de envolver os pais para que eles moralizassem os filhos também. Tal

envolvimento foi criado somente para controlar os cidadãos. Como aponta Sposito (2005, p.48)

Tal participação foi considerada tão importante para o regime autoritário, que passou a ser compulsória a partir da década de 1970, mediante a regulamentação e a obrigatoriedade da criação de alguns canais, como burocracia, ou seja, estabelecendo uma condição de cidadania sob controle. (SPOSITO, 2005, p.48)

À vista disso, os objetivos para envolver a comunidade no âmbito escolar precisam ser bem claros, pois o mesmo em vez de libertar pode alienar. É preciso abraçar as pessoas envolvidas e trazê-las para perto, e não somente informá-las das decisões estabelecidas procurando o caminho mais fácil. Para isso acontecer é importante deixar claro os objetivos da escola, a fim de que todos caminhem pelo mesmo caminho. Com isso, novas propostas como os mecanismos de participação precisam ser desenvolvidas para que as práticas no interior das escolas sejam mudadas e os sujeitos transformados. De forma, a construir cidadãos participativos, empáticos, críticos e criativos. Pois até mesmos em processos organizacionais é possível desenvolver um trabalho coletivo e empático. Pois a participação pode ocorrer em qualquer lugar, não precisa de uma lei para legalizá-la, todavia como afirmam Luiz; Barcelli; Conti (2010, p.20) “ao invés disso, de um processo longo, de construção coletiva”. Existem diversos espaços no contexto educacional em que o processo de participação se faz possível, tais como, Planejamentos/reuniões, Formação continuada para todos os funcionários, Construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, Assembleia Estudantil e Tutoria, Associações de Pais e Mestres (APM), Conselhos escolares, Grêmios estudantil, etc.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os registros em atas as mudanças começaram a ocorrer no âmbito escolar em 2016, quando a escola enfrentou o desafio de se tornar a primeira Escola de Educação Integral de Manaus, com concepção democrática (Manaus, 2020) e buscou trabalhar com perspectiva de gestão escolar (gestão democrática).

Em conformidade com as orientações estabelecidas pela Secretária Municipal de Educação, a escola em questão ressalta em seu PPP (2020), que a construção dele, deu-se de forma coletiva e que trouxe, para todos, encontros formativos, por proporcionar melhor conhecimento sobre a escola. De forma a compartilhar com os todos os pontos principais estabelecidos no PPP após sua construção, a escola tem utilizado “[...] painéis informativos

que indicam os projetos trabalhados, as ações da SEMED e da própria escola [...]. ” (MANAUS, 2020, p. 50,).

O trabalho com as famílias tem sido um processo diário, que tem requerido persistências e compreensão. Mesmo diante das inúmeras conquistas, através da realização das avaliações anuais, se têm buscado novas alternativas e investimentos nas atividades que deram certo. Pois o maior desafio da escola é competir com o que a rua oferece aos alunos, desta forma, a escola tem sentido a necessidade de se reinventar, em busca de uma educação tenha o aluno como protagonista. Pois acredita-se que o ensino tradicional não vê as diferenças e não oferece oportunidades para que o aluno aprender. Sendo assim o objetivo geral do PPP da escola da Rede Pública de acordo com o seu Projeto Político Pedagógico é:

Proporcionar um novo olhar para o processo ensino-aprendizagem das crianças considerando não apenas a dimensão intelectual, mas também as dimensões social, cultural, emocional e física a fim de compreender o sujeito em sua multidimensionalidade, oportunizando experiências e momentos de reflexão para que o mesmo possa ser um agente transformador no mundo. (MANAUS, 2020, p.45,)

Por sua vez, conforme o regimento escolar (2020) da escola em questão, a construção do Regimento da escola teve por orientação o Regimento geral, aprovado na RESOLUÇÃO Nº 038/CME/2015, disponibilizado no site da Secretária Municipal de Educação, em conformidade com a Constituição de 1988, a LDB (Lei n. 9.394/1996) e demais legislação. Atendendo os alunos do Ensino Fundamental e suas modalidades. Segundo o Manual de Gestão escolar (SEMED, 2014, p.90) “É o instrumento legal que traça as diretrizes técnicas, administrativas, pedagógicas e disciplinares da unidade de ensino”. De forma a orientar a escola quanto a construção do regimento escolar, a Secretária Municipal de Educação tem disponibilizado documentos orientadores em seu site sobre questões voltadas ao Regimento Interno das Unidades Escolas da Semed, entre eles, o Diário Oficial do Município de Manaus (18 de março de 2016), o Decreto nº2.682/2013 e o Regimento Geral (Manaus, 2013).

Nas observações participantes, percebeu-se que a escola se localiza em uma área vulnerável, de extrema pobreza, localizada às margens de um igarapé que sofre com alagações na época das cheias, sendo uma área vermelha, onde é possível observar a desigualdade presente, de um lado conjuntos e condomínios do outro lado do igarapé casas de palafitas.

Com a chegada do CoronaVírus, a escola sentiu a necessidade de ampliar seu conhecimento da realidade dos seus alunos, de conhecê-los o sujeito em todas as suas dimensões. Assim os professores e a equipe pedagógica saíram do chão da escola e forma para as casas dos alunos.

Diante das visitas foi possível detectar as necessidades dos alunos, uma delas era a fome, pois antes as crianças passavam 9h na escola e agora estavam em casa com os pais desempregados. Assim, todos os funcionários da escola se juntaram para comprar cestas básicas para as famílias dos alunos que mais estavam passando necessidade, enquanto kit merenda não chegava. Logo, a própria pedagoga foi ao supermercado comprar os alimentos.

As ações para ajudar os alunos não pararam, com a desigualdade existente no Brasil, muitas famílias não tem acesso à internet, desta forma, muitos alunos não seriam assistidos neste momento de pandemia. Então a escola começou a agir. A escola iniciou uma campanha nacional para arrecadar celular, TV, chip para os alunos sem acesso a internet, que com a ajuda de todos os envolvidos nas doações, a escola alcançou todos os alunos deixando ninguém para trás. A escola recebeu apoio da secretária somente com os kits de merenda que chegou na escola somente dia 31 de agosto, podendo atender mais famílias.

Com o atual contexto (Pandemia), o primeiro desafio que as professoras encontraram foram as tecnologias, pois a maioria delas vieram de um tempo que a tecnologia ainda não era acessível a todos como agora. Elas apresentaram bastante dificuldade para se adaptar, mas também confessam que aprenderam muito. Quando pensavam em desistir eram incentivados pelos próprios colegas e apoio pedagógico.

Assim, Durante esse momento de pandemia o Almoço pedagógico não parou, ele continuou acontecendo, mas, agora de forma virtual, os professores se encontravam para o meio do aplicativo google meet. Promoviam momentos de discussão, leituras e estudos contribuindo de forma significativa para o trabalho do professor. Além disso, os professores também participaram do *6º seminário internacional de educação integral* que ocorreu de forma online, e buscaram novos conhecimentos por conta própria e compartilhavam com os colegas o novo conhecimento. A gestora também contou com o auxílio da coordenadora do telecentro da escola, para ajudar os professores com as novas ferramentas que estavam sendo utilizado na escola nesse novo momento para a educação.

Os professores foram desafiados a pensar outras formas de ensinar, muitos deles foram a primeira vez que se viu elaborando vídeos para explicarem as atividades via WhatsApp, utilizando seus métodos de alfabetização (escrita e oralidade) por meio dos gêneros textuais, construindo vídeos lúdicos e enviando para seus alunos, pois os programas da Aula em Casa, trabalha apenas o letramento. Outros professores passaram a acompanhar mais de perto os alunos, durante esse momento de pandemia, buscou realizar acompanhamento por meio de vídeo chamado (via Whatsapp), com moderação para que o aluno não perca o estímulo, de forma, que os alunos se sintam assistidos,

Outro mecanismo de participação que corrobora com a gestão democrática e participativa são as tutoria e grupos de reponsabilidade, neste projeto os alunos começaram a participarem mais das atividades escolares sentindo-se até mesmo seguros para intervir em algumas tomadas de decisões, ação, essa, quem tem contribuído para a autonomia dos alunos, liberdade para se expressar por se sentir parte da escola.

A escola por meio do Conselho escolar realiza encontros que contribui para o envolvimento da comunidade no âmbito escolar, como também passa um sentimento de confiança e pertencimento. Uma vez que, se tem a possibilidade de participar da decisão do destino das verbas direcionados a escolas, passando a reconhecendo então, a importância da sua contribuição para este espaço. Para que todos tenham a oportunidade de participar do conselho escolar é realizado um rodízio dos membros.

Devido os vínculos já estabelecidos com as famílias antes da pandemia, foi mais fácil continuar mantendo contato neste momento de isolamento, afirma a gestora da escola Waldir Garcia durante o estágio supervisionado III. Para não perder de vista nenhum aluno, foi realizado reuniões on line com cada turma, alcançando um número bom de pais, porque eles se sentiam assistidos. Para facilitar o encontro, foi desenvolvido um trabalho pela organizadora do telecentre que gravou vídeos de tutorias de como baixar e utilizar o google meet, para auxiliar os pais na entrada da reunião com a gestora.

As reuniões aconteciam as 19h, pois a maioria dos pais trabalham durante o dia. Um dos assuntos comentado nas reuniões foi o retorno das aulas, tendo a metade dos pais de acordo e a outra não. Os pais que apoiam são aqueles que precisam de um espaço para deixar os filhos, pois precisam trabalhar ou passam necessidade, por não haver alimento em casa.

Durante o período de isolamento, alguns projetos foram criados e serão acrescentados ao PPP, que é o diário de ensino durante o período de quarentena, buscando atividades diferenciadas para os alunos, no qual o professor envia o vídeo contendo um componente curricular.

A Prefeitura de Manaus deu início no segundo semestre de 2020 ao plano flexibilização das escolas. Segundo a matéria G1 Amazonas (01 de setembro de 2020), “nesta fase, as unidades vão funcionar como ponto de apoio aos alunos e professores que não têm acesso à internet.”

Então a escola decidiu atender os alunos que necessitavam ir à escola, e os pais que não são de acordo com o retorno das aulas, poderiam continuar com seus filhos em casa, assistindo os programas da aula em casa, caso de dúvidas poderia recorrer aos professores, como aconteceu durante o período de isolamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a chegada da pandemia a escola precisou se reinventar, buscar novas alternativas para atender e ajudar aos estudantes e famílias. Desta forma, esta pesquisa é importante para a compreensão da realidade do campo educacional por levar os gestores, professores, funcionários e comunidade em geral e os futuros pedagogos e professores a refletir acerca das contribuições do trabalho coletivo na escola em contexto de crise sanitária causada pela pandemia da COVID19.

Por meio do estudo dos documentos normativos como Constituição Federal, LDB entre outros, foi possível entender quais as propostas para a educação visando a gestão democrática-participativa apontando contribuição na distribuição de responsabilidades, na tomada de decisões, frente ao uso de mecanismos de participação e cooperação, sobretudo neste momento de Pandemia.

Assim, frente ao problema da crise sanitária, a gestão democrática-participativa foi importante para minimizar os danos no ensino dos educandos, fortalecer vínculos com a família, com a comunidade escolar, onde todos são colaboradores ativos nas tomadas de decisões, pois o trabalho coletivo não é um processo fácil requer de todos os envolvidos no contexto escolar, persistência, empatia, unidade, posicionamento.

REFERÊNCIAS

BASTOS, João Baptista (org.). **Gestão Democrática**. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. O sistema de organização e gestão da escola In: LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. 4 ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa**. 3.ed.Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LUIZ, Maria Cecília; BARCELLI, Juliana Caroline (et al.). **Conselho escolar**: algumas concepções de ação, São Paulo: Xamã, 2010.

MANAUS. **Decreto nº 4.787, de 23 de março de 2020**. Declara estado de calamidade pública no município de Manaus para enfrentamento da pandemia do COVID-19, e dá outras providências. 2020. Disponível em: < <https://www.manaus.am.gov.br>>. Acesso em: 06 jul. 2021.

MANAUS. **Projeto Político Pedagógico da Escola Prof. Waldir Garcia**. Secretaria Municipal de Educação, 2020.

MANAUS. **Regimento Escolar**. Prof. Waldir Garcia, Secretaria Municipal de Educação, 2020.

MANAUS. **Resolução nº038/CMEI/2015**. Aprova o Regimento geral das Unidades de Ensino da Rede Pública de Manaus. Disponível em: < <https://www.manaus.am.gov.br>>. Acesso em: 06 jul. 2021.

SPOSÍTO, Marília Pontes. Educação, Gestão Democrática, participação popular. In: BASTOS, João Baptista (org.). **Gestão Democrática**. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 2005.